

Até 2001

O programa de ajuste fiscal, que serve de base para o acordo assinado pelo Governo com o Fundo Monetário International, estabelece metas até 2001. O objetivo final é estabilizar a dívida pública em um valor correspondente a 46% do Produto Interno Bruto (PIB), o que exigirá um grande esforço de poupança não só da União, mas também de estados, municípios e empresas estatais.

No ano passado, as metas foram superadas e a dívida pública líquida ficou em 46,7% do PIB, bem menos do que os 50% acertados com o FMI.

O acordo com o Fundo prevê revisões periódicas de algumas metas de desempenho ou indicativas. Essas metas geralmente são trimestrais. Uma missão técnica do órgão está em Brasília exatamente para avaliar se os compromissos assumidos para este ano são factíveis. Em tese, o país já não mais necessita do auxílio financeiro do Fundo — tanto assim que abriu mão de sacar as últimas parcelas do empréstimo e antecipou o pagamento de parte do financiamento.

No entanto, o maior interessado no cumprimento do programa de ajuste fiscal é o próprio Brasil.

O acordo com o FMI contribui diretamente para aumentar o crédito do país no exterior, pois as finanças públicas e as contas externas são auditadas periodicamente por técnicos de uma instituição idônea e respeitada

no mercado internacional.

A boa performance do ano passado deu credibilidade ao Brasil, facilitando a revisão do acordo com o Fundo. O superávit primário nas contas públicas necessário para a estabilização da dívida neste ano 2000 está assegurado por lei. Se alguns itens de despesa aumentarem além do previsto, em decorrência de decisões do Executivo ou dos demais poderes (e é o que deverá ocorrer, por exemplo, com a previdência social, por força do reajuste que o Congresso Nacional está propondo para o salário-mínimo), isso terá de ser compensado por cortes de outros gastos ou elevação de receitas.

Em face das medidas de caráter estrutural tomadas, o superávit primário nas contas públicas será alcançado este ano possivelmente com mais facilidade do que em 1999.

Por sugestão do Governo, as metas de inflação passaram a fazer parte do acordo com o Fundo, em substituição a antigos critérios que acabavam engessando a ação das autoridades no câmbio. Tais metas foram fixadas em patamares realistas, considerando-se inclusive a pressão das cotações internacionais do petróleo e do que resta de indexação na economia brasileira. Mas o comportamento dos índices neste primeiro trimestre indica que há razões para otimismo também na área de preços. Num tal quadro, a cooperação com o FMI poderá ser mantida em bons termos até 2001.